

## ARTIGOS

### A "ALIANÇA" E A ECONOMIA PATRIARCAL

**Dr. Ruben Aguilar**

Professor no Seminário Adventista Latino-Americano de Teologia  
Centro Universitário Adventista de São Paulo, Campus Engenheiro Coelho  
ruben.aguilar@unasp.edu.br

**RESUMO:** Toda atividade humana e suas relações sociais estão incorporadas na economia. A economia de um grupo social está relacionada com mecanismos de produção, circulação e consumo de bens (K. Polanyi). A circulação de bens é um processo de transferência de produtos (comércio). A transferência depende do valor determinado a cada bem. Segundo as teorias econômicas, o valor de um objeto está associado a sua utilidade e poder de compra: "valor de uso" e "valor de troca" (Adam Smith); e ao trabalho despendido, sendo o "trabalho o primeiro preço do objeto" (K. Marx). Não se deve ignorar o "valor do significado" do objeto (Vautsaki). No estudo da economia das sociedades antigas, em geral, aplicam-se as duas primeiras teorias. No entanto, na sociedade patriarcal, impera uma economia baseada no "significado do valor" dos objetos. Esse significado tem seu princípio na "Aliança" entre Deus e o patriarca Abraão. No período patriarcal, o significado da "Aliança" é o princípio que fundamenta a economia, porque outorga valor aos bens. A relação entre a "Aliança", como fundamento, e a economia patriarcal, se manifesta na distribuição de bens que ocorre em três esferas: na esfera do direito; do prestígio e da subsistência. Na esfera do direito a circulação de bens ocorre no matrimônio. Na esfera do prestígio, na primogenitura e na transferência da terra. Na esfera de subsistência, os bens circulam na hospitalidade, no comprometimento social, na proteção ao necessitado (leis de proteção), do Ano Sabático, nas instituições familiares como o Jubileu, o Levirato, e o papel do Resgatador. Baseada na "Aliança", a economia do período patriarcal estabelece uma sociedade única na história (a sociedade patriarcal), onde a circulação de bens não é realizada por mecanismos de compra e venda. Isso quer dizer que nessa sociedade, ninguém compra e ninguém vende.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aliança, economia patriarcal, valor, bens, relações sociais

#### **The Covenant and the patriarchal economy**

**ABSTRACT:** All human activity and its social relationship are incorporated in the economy. The economy of one social group are related with means of production, circulation and consuming of goods (K. Polanyi). The circulation of goods is a process of transference of products (trade). The transference depend upon the value determined to each good. According to some economic theories, the value of a product is associated to its utility and capacity of purchase: "use value" and "exchange value" (Adam Smith); and also is related to the work spended, then "the work is the first price of a good" (K. Marx). It not must be ignored the "value of meaning" of a object (Vautsaki). In the study of the economy of ancient societies, in general, are applied the two first theories. But in patriarchal society, rules a economy based in the "value of meaning" of goods. That meaning has its principle in the "covenant" beetwen God and the patriarch Abraham. In the patriarchal period, the meaning of the "covenant" is the principle in which the economy is based because this gives the value to the goods. The relationship beetwen the "covenant" and the patriarchal economy, is manifested in the distribution of goods that occur into three spheres: The sphere of the right, of the prestige and of the subsistence. In the sphere of the right the circulation of goods occur in the marriage. In the sphere of prestige, occur in the primogeniture and the transference of the land. In the sphere of subsistence, goods are transfered in the hospitality, social engagement, protection to the needy (laws of protection), Sabbatical year, family institutions such as the Jubilee, the levirate and the rule of the



ransomer. Based in the "covenant", the economy of the patriarchal period, set up a kind of society unique in the history (the patriarchal society) where a circulation of goods is not accomplished by means of purchase and sale. That means that in this society, nobody purchase and nobody sale.

**KEYWORDS:** Covenant; patriarchal economy, value, goods, social relationship

## 1. INTRODUÇÃO

As nações antigas, em geral, mantinham uma economia baseada na troca de bens. Para essa atividade, cada produto adquiria um preço, segundo a noção de valor regida pela sociedade. Em Economia, admitem-se dois conceitos que determinam o valor dos bens, e que são a base da atividade econômica: o "valor de uso" e o "valor adquirido pelo trabalho". Um terceiro conceito, embora de aplicação restrita, é o "valor simbólico" que o bem representa.

O presente estudo procura demonstrar que na sociedade patriarcal, a economia estava baseada na circulação de bens, na qual os produtos adquiriam "valor simbólico". O simbolismo que determinava o valor das posses estava ligado às cláusulas da "aliança" efetuada entre Deus e o patriarca Abraão. Essa economia permitia a circulação de bens, nos procedimentos sociais, de maneira tal, que os membros das comunidades patriarcais viviam sem a necessidade de comprar, nem vender.

## 2. CONCEITOS BÁSICOS

A economia, em termos gerais, é uma atividade que está relacionada com os mecanismos de produção, circulação e consumo de bens. Esses mecanismos estão engastados em todos os processos ou relações sociais<sup>1</sup>. Logo, toda atividade humana e suas relações sociais são essencialmente econômicas ou incorporam atividades econômicas.

K. Polanyi, com muita propriedade, já afirmara que a economia humana está "integrada e submersa em instituições de tipo econômico e extra-econômico". Ele assinala a religião como uma instituição extra-econômica importante para "a estrutura e funcionamento da economia".<sup>2</sup> Na maioria das nações do mundo antigo, toda atividade econômica estava relacionada com a expressão religiosa; reciprocamente, pode-se afirmar que toda manifestação religiosa era no fundo um procedimento econômico.

As atividades econômicas manifestam-se por meio de formas de integração, que segundo Polanyi são três: a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio. A primeira, é um tipo de integração que ocorre em agrupamentos sociais simétricos ou de características semelhantes; a segunda, é caracterizada pelo depósito ou apropriação de bens num determinado centro, e desse ponto, é efetuada sua distribuição para os pontos externos; já a terceira, é uma forma de integração que ocorre num sistema de mercados.<sup>3</sup>

Considerando a bilateralidade, o comércio pode ser de três tipos: comércio de presentes, comércio administrativo e comércio mercantil. O primeiro tipo de comércio ocorre em sociedades cujos membros estão unidos por relações de reciprocidade. O segundo, acontece sob a base formal de tratados, regida por instituições administrativas ou de governo e, sujeita a uma legislação vigente. O terceiro modelo, a forma mais típica de comércio, se realiza sob o mecanismo da oferta e da procura, que propicia a criação e variação de preços.

Conforme o nosso estudo, as relações sociais que revelam a economia do período patriarcal, refletem uma atividade do tipo comércio de presentes, ou seja, uma atividade propiciada pela constituição simétrica dos membros da comunidade hebréia, unidos por relações de reciprocidade. Nessas relações, a reciprocidade é clara. Além disso, essas estão envolvidas por um ambiente de cerimônia, que proporciona maior significado simbólico ao intercâmbio.

Nas sociedades antigas de economia pré-monetária, os bens circulavam em determinadas esferas econômicas. Paul Bohannon sistematizou essas esferas econômicas em três categorias. A primeira esfera está associada a mecanismos simples de subsistência; a segunda, é a esfera de prestígio onde os bens circulam por meios diferentes dos estipulados e usados nas atividades do mercado; a terceira é a esfera do direito ou da aplicação do poder moral, o qual é exercido principalmente sobre seres humanos, sem que isso, a rigor, possa significar processo de subserviência.<sup>4</sup>



Na sociedade patriarcal, a esfera de subsistência é evidenciada, por exemplo, na simples troca de produtos básicos, na assistência ao necessitado e na proteção ao visitante mediante a prática da hospitalidade. Por sua vez, a esfera econômica de prestígio no ambiente patriarcal é manifestada na transferência de certas categorias de bens, os quais são de extremo valor e circulam por mecanismos diferentes aos do mercado. Haja vista a transferência das prerrogativas da primogenitura; do poder de officiar cerimônias rituais; da sucessão da propriedade, (principalmente a terra), e da transferência do gado e escravos, entre outros. Por fim, a esfera econômica do direito se verifica principalmente no casamento.

Como era determinado o valor dos objetos nas sociedades pré-monetaristas, particularmente na sociedade patriarcal? Segundo o procedimento das economias modernas, o valor de um determinado objeto está associado a sua utilidade e ao seu poder de compra, o que Adam Smith denominou respectivamente de "valor de uso" e "valor de troca"<sup>5</sup>. Na consideração de Karl Marx, se acrescenta o poder do "trabalho" como elemento para determinar o valor dos objetos. O "trabalho" na concepção desse pensador, divulgador do socialismo, é o primeiro preço de um determinado objeto; dito de outra forma, é a moeda original de compra do trabalhador<sup>6</sup>.

No entanto, Sofia Voutsaki, ao realizar um estudo sobre valor e troca nas sociedades pré-monetárias, destaca que ao considerar a relação de valor com o trabalho, não se deve ignorar o "significado" dos objetos, que depende "das associações simbólicas e sua prévia história de uso". Ademais, ao tratar a relação de valor com a escassez, deve-se acrescentar ainda que uma forma de preservar o valor em bens de prestígio é a "instituição de esferas restritas de troca".<sup>7</sup>

Por meio do estudo do texto bíblico, referente ao período patriarcal, verifica-se que os bens naquela sociedade adquiriam valor pelo simbolismo que representavam. Esse simbolismo estava relacionado a "aliança" realizada entre o ser humano, representado pelo patriarca Abraão, com o divino, identificado com o nome de Jeová. Isto é constatado pelo que significava a terra, a esposa, a primogenitura, a descendência, etc.

A promessa divina de fazer dos patriarcas hebreus uma "grande nação", permite inferir que a organização social, a forma de governo, o estabelecimento de instituições sociais, o relacionamento entre os membros da comunidade e a expressão religiosa seriam realidades concretizadas sobre a base da "aliança" efetuada, e do cumprimento das promessas nela estipuladas. Com essa afirmação, se destaca que a "aliança" estabelecida no período patriarcal é "modelo" ou exemplo de relacionamento social, de integração econômica de reciprocidade, na qual ninguém compra e ninguém vende.

Foi devido à "aliança" que os patriarcas hebreus estruturaram a sua sociedade, consolidaram um regime administrativo, estabeleceram instituições sociais e adotaram um sistema econômico. Pelos fundamentos da "aliança", atuando como princípios orientadores para todo relacionamento entre os membros das comunidades patriarcais, foram estabelecidas esferas econômicas que propiciavam a circulação de bens. A seguir, passamos a considerar essas estruturas e esferas econômicas.

### **3. A CIRCULAÇÃO DE BENS NA ESFERA DO DIREITO**

#### **3.1 O casamento e a aliança divino-humana**

O significado simbólico do casamento na sociedade patriarcal está associado à "aliança" entre a natureza divina com a humana. O próprio vocábulo hebraico *berith*, utilizado para se referir à aliança Deus-Homem, é usado também nos registros bíblicos para aludir ao casamento. Em outras palavras, o matrimônio na sociedade patriarcal simbolizava a aliança entre Jeová e seu povo. Esse relacionamento (Jeová como protetor, e o povo de Israel demonstrando fidelidade e obediência) é expresso nos escritos sagrados do judaísmo como uma união matrimonial no qual Jeová aparece como o noivo e o povo de Israel como a noiva.

No período patriarcal, o casamento era uma celebração na qual os bens circulavam entre os membros das famílias compromissadas. Esses representavam ou tornavam realidade as promessas divinas inseridas na "aliança". Logo, os valores representados pelos bens que entravam em circulação no compromisso matrimonial, estavam relacionados com o significado simbólico que os patriarcas atribuíam ao casamento.



### 3.2 O casamento como esfera de circulação de bens

No casamento patriarcal, considerando essa instituição como uma esfera econômica, o objeto de valor a ser adquirido era a mulher, ou em expressão mais real, o noivo ou futuro esposo adquiria o direito sobre ela como esposa. Dessa maneira se estabelecia uma esfera econômica, na qual o processo de integração era de reciprocidade. A reciprocidade se verifica na transferência de bens de uma das partes envolvidas, e pela recepção de valores em forma de qualidades pessoais e de serviço, oferecidos pela outra parte.

Analisando a celebração do casamento na época dos patriarcas, conforme é relatado no texto bíblico, e considerando essa instituição como uma esfera econômica, podemos assinalar algumas partes dessa celebração onde se verifica a circulação de bens. Essas partes são: (1) a escolha da noiva, na qual se verifica a entrega de presentes para a moça escolhida em forma de galanteio ou estímulo à aceitação do pedido de casamento; (2) o compromisso de casamento chamado *'aras*, momento no qual é estipulado o montante dos bens a serem transferidos; (3) o pagamento do "preço da noiva" ou *mohar*, que consiste na transferência, por parte do noivo, dos bens estipulados ou valor da noiva aos familiares dela; (4) a designação do dote para a noiva por parte dos seus familiares.

#### 3.2.1 Compromisso de casamento e o valor da noiva

O compromisso de casamento é reconhecido com o termo hebraico *'aras*, que aparece 11 vezes na Bíblia, e tem o sentido de fazer uma "promessa matrimonial" algum tempo antes da celebração das núpcias. Esse compromisso de casamento entre os patriarcas hebreus era geralmente efetuado entre pessoas livres (Gn 29:18,19). Com essas palavras, Jacó fazia efetivo o cumprimento do *'aras*, requisito legal estipulado para casar com a moça escolhida.

O ponto mais importante na discussão sobre o contrato de casamento é a fixação do "preço da noiva", ou seja, os valores em bens que entram em circulação e selam esse compromisso. O contrato, *'aras*, geralmente fica formalizado quando é efetuado o pagamento do "preço da noiva", que em linguagem da época patriarcal recebe o nome de *mohar*. Esse termo hebraico deriva da raiz *mahar*, que tem o sentido de "adquirir mediante pagamento", ou seja, manifestar uma atitude de atribuir valor a um determinado bem, que no caso seria a noiva. A palavra *mohar* aparece na Bíblia três vezes (Gn 34:12; Ex 22:16; 1Sm 18:25), e é traduzido como "dote"<sup>8</sup>. No entanto, utilizando o significado da raiz lexicológica desse vocábulo e da função que representa, a interpretação mais apropriada seria o "preço da noiva". A rigor, o *mohar* não seria o valor de uma compra, mas a compensação pela entrega da noiva na ocasião de formalizar um processo normal de casamento.

Em geral, o *mohar* era efetivado mediante a transferência de valores expressos em "siclos" de prata. Em certas circunstâncias, segundo o interesse paterno, o requerimento que implicava esse pagamento podia ser substituído por trabalho ou serviços especiais. O patriarca Jacó, desprovido de bens, ofereceu-se a si mesmo para trabalhar durante sete anos na casa de Labão, substituindo assim o pagamento do *mohar*, para dessa maneira poder casar com Raquel (Gn 29:18). Em ocasiões de conflito, quando a segurança do povo estava em perigo, o líder da nação podia realizar a inusitada oferta de dar a própria filha em casamento, em troca de ações de risco, que substituiriam o pagamento do *mohar*. Seguindo esse recurso lícito entre os hebreus, Calebe, príncipe da tribo de Judá, ofereceu dar sua filha como esposa a quem conquistasse a cidade de Quiriate-Sefer (Js 15:16).

#### 3.2.2 Presentes para a noiva e o dote

Além do *mohar*, o pretendente israelita do período patriarcal oferecia presentes à própria noiva e também aos familiares dela. Essa atitude tinha dois propósitos: primeiro, estimular a moça pretendida e os familiares dela a aceitarem o pedido de casamento formulado pelo pretendente ou pelo representante desse; segundo, retribuir de forma objetiva a aceitação formal manifestada pela noiva.

Eliezer, servo de Abraão, quando foi encarregado de procurar uma esposa para Isaque procedeu dessa maneira. Reconhecendo em Rebeca qualidades para ser a esposa do seu senhor, ofereceu-lhe "um pendente de ouro de meio siclo de peso, e duas pulseiras para as mãos dela, do peso de dez siclos de ouro" (Gn 24:22). Esses presentes, pela descrição do texto, eram de grande valor, não tanto pela natureza material dos mesmos, mas pelo simbolismo que eles incorporavam. Representavam nos termos da "aliança" as bênçãos divinas para atrair o seu povo.



O fato de Rebeca e sua família aceitarem o pedido de Eliezer, favoreceu uma maior transferência de bens em forma de presentes da parte do servo de Abraão. Eliezer, em retribuição à atitude manifestada pelos parentes da moça, mostrou-se mais generoso dando jóias de ouro e de prata, e vestidos a Rebeca. Ele deu também ricos presentes ao irmão e a mãe dela (Gn 24:53). Ao aceitar os presentes, a família de Rebeca, segundo o princípio da reciprocidade, estava na obrigação de cumprir o compromisso assumido de retribuir com honra ao pedido efetuado.

Outra evidência da prática do "dote" no casamento dos jovens das famílias patriarcais está na atitude do responsável de Rebeca, que após consentir no casamento da moça, deu para ela algumas servas que representavam o "dote" pelas núpcias (Gn 24:61). Assim também ocorreu com as duas filhas de Labão, as quais receberam uma serva cada uma, no momento das suas núpcias com Jacó (Gn 29:24 e 29). Já no caso da filha de Calebe, o "dote" foi representado por uma porção de terra com fontes de águas, que ela solicitou ao próprio pai por ocasião do casamento dela (Js. 15:18,19).

#### 4. A CIRCULAÇÃO DE BENS NA ESFERA DE PRESTÍGIO

##### 4.1 A natureza dos bens transferidos

Os bens transferidos na esfera de prestígio eram de natureza diversa, tal qual era a variedade de produtos que compunham a riqueza e o poder das pessoas. Assim, podem entrar na lista as jóias, peles de animais, vestes, madeiras, pedras preciosas, gado, tecidos, objetos de cerâmica, ferramentas, armas, etc. Outro bem de prestígio, mas de natureza jurídica e administrativa, era a primogenitura. Deve-se acrescentar a essa variedade de bens, a terra como parte das riquezas dos patriarcas. Embora num ambiente de nomadismo, os patriarcas tinham a posse da terra onde acampavam de acordo com a sua preferência e em harmonia com as promessas divinas estipuladas na "aliança", "porque toda essa terra que vês, eu ta darei, a ti e a tua descendência, para sempre" (Gn 13:15). Os patriarcas que mudavam seus hábitos para uma prática de seminomadismo valorizavam mais sua terra mediante o cultivo de produtos cujas colheitas refletiam o favor divino (Gn 26:12,13).

Os escravos eram outro bem na esfera de prestígio, e que faziam parte da riqueza dos patriarcas. Estes escravos, segundo análise do termo hebraico que assim os identifica, não eram seres tratados conforme o significado contemporâneo sugere. O vocábulo hebraico para referir-se a essa classe de pessoas é *'ebed* "servo", que assume uma conotação de indivíduo que presta serviços ao seu amo.

Além dos recursos materiais que faziam parte da riqueza a ser transferida por mecanismos de sucessão, um dos maiores bens que os beneficiários esperavam com ansiedade receber era a benção patriarcal. Na Bíblia hebraica o termo usado com esse significado é *berakah*, cuja raiz é o vocábulo verbal *barak* "abençoar" ou "ajoelhar"<sup>9</sup>. Em termos gerais, a benção patriarcal concedia poder para alcançar sucesso, prosperidade, fecundidade, longevidade e bom nome. Assim, o relato bíblico sugere isso, quando descreve que Jacó ao colocar suas mãos sobre as cabeças das crianças disse: "...ele também será um povo, também ele será grande; contudo o seu irmão menor será maior do que ele, e a sua descendência será uma multidão de nações" (Gn 48:19).

##### 4.2 A primogenitura como mecanismo de circulação de bens

###### 4.2.1 Aspectos econômicos da primogenitura

A primogenitura, por ter feito parte do processo de sucessão de bens dentro da sociedade patriarcal, se constituiu numa instituição onde se realizava a transferência de privilégios e direitos. Essa é uma das características das sociedades chamadas arcaicas, observada por M. Mauss, pois ele mesmo conclui que nessas sociedades se identifica a "circulação de objetos com a circulação de direitos e pessoas"<sup>10</sup>.

A benção da primogenitura, na era patriarcal, envolvia um processo de transferência de bens, mas sobretudo de privilégios de autoridade e de poder, o que caracteriza uma circulação de direitos, ou o que poderia ser chamado um fenômeno moral de intercâmbio. É nesse sentido que a primogenitura é também uma instituição econômica, porque permite transferência de direitos de maneira tal que patenteia um mecanismo de troca.

Adam Smith, na sua obra *Riqueza das Nações*, considera a sucessão de bens em termos gerais como uma atividade de transferência que segue uma "lei natural". Ele, após



destacar algumas vantagens da transferência de bens mediante a prática da primogenitura, a qualifica como uma instituição que "ainda continua a ser respeitada (...) e sustenta o orgulho das famílias distintas"<sup>11</sup>.

Outra das atribuições inerentes à primogenitura, dentro da sociedade patriarcal, era o exercício do ministério do sacerdócio nas comunidades hebréias. Isso implicava ao beneficiário além de exercer a função de administrador dos assuntos cívicos, também ser o responsável pela celebração dos ritos sagrados.

A herança que o primogênito recebia, segundo os costumes e ordenanças patriarcais, incluía também alguns objetos que representavam certos bens materiais, mas simbolizavam prestígio. Entre esses objetos estavam os terafins, traduzidos como ídolos do lar, mas que representavam a propriedade da terra, dando prestígio ao seu possuidor. Deve-se incluir entre esses objetos que caracterizavam a autoridade do patriarca e atribuíam prestígio; o selo e o cajado.

#### 4.2.2 A transferência da terra

Entre os israelitas do período patriarcal prevalecia a tendência da distribuição de terras por tribos, clãs e famílias. O princípio motivador dessa norma era a convicção de que a terra fora uma dádiva divina, prometida ao patriarca Abraão por ocasião da confirmação da "aliança", como ressalta o texto: "Apareceu o Senhor a Abraão, e lhe disse: Darei à tua descendência esta terra,..." (Gn 12:7). Uma confirmação posterior dessa promessa ocorreu quando Jeová ordenou a Abraão, para que esse subisse uma montanha da terra de Canaã e a contemplasse (Gn 13:14,15). "passai-vos para a terra da possessão do Senhor,..." (Js 22:19).

Uma das marcas distintivas da posse de uma parcela da terra por comunidades nômades do período patriarcal era a construção de poços, para suprir de água as necessidades do grupo. As terras ocupadas em campanhas bélicas eram distribuídas entre as tribos por sorteio, como depois foi estabelecido em lei: "a terra se repartirá por sortes: segundo os nomes das tribos de seus pais a herdarão" (Nm 26:55). O termo hebraico traduzido como "sorte" é *gôral*. Os outros significados desse termo permitiriam sugerir que o processo da distribuição de terras mediante "sorte", seria pelo lançar de uma pedra. R. de Vaux assevera que o significado desse termo originalmente era "pedregulho", e que a mesma palavra é usada para referir-se à "parcela da terra" adquirida mediante "sorte" (de Vaux, 1965: 166). Portanto, a expressão "lançar as sortes" (Is 34:17) teria o sentido de "lançar a pedra", para efetuar a distribuição de terras.

Na mentalidade dos hebreus da época patriarcal, a noção de valor sobre a terra se arraigou quando a propriedade de terra estava consolidada. O homem hebreu se ligava profundamente à porção recebida, por considerá-la herança dos seus ancestrais, habitação escolhida para a proteção da sua família e cumprimento da promessa divina feita a Abraão. Dessa maneira, o hebreu se sentia comprometido com a preservação da terra herdada.

Na sociedade hebréia, a sucessão da terra juntamente com todos os bens adquiridos pelo patriarca passava como herança para seus filhos, num processo de transferência "patrilinear". Os patriarcas ao transferirem a terra aos seus sucessores, o faziam com a devoção e solenidade pertinentes, considerando o elevado valor atribuído a esse bem pelo significado que representava. Entre os sucessores era escolhido o herdeiro principal, que por desígnio divino, segundo o texto judaico, era o primogênito.

A herança do primogênito está sintetizada na sentença: "...reconhecerá por primogênito, dando-lhe dobrada porção de tudo quanto possuir,..." (Dt 21:17). A "dobrada porção" é a tradução da expressão hebraica *pi senayim*, que literalmente significa "dupla boca". Porém, também são traduzidas por alguns eruditos, segundo Eryl W. Davies, como "dois terços".

A herança privilegiada reservada ao primogênito, na sociedade patriarcal, podia em certos casos ser concedida à outra pessoa, pois o patriarca tinha liberdade de escolher outro favorecido. Um exemplo desse procedimento é encontrado na preferência de Jacó, demonstrada abertamente em favor do seu filho mais novo, José, mediante a confecção de uma túnica especial (Gn. 37:3).

Essa túnica era diferente das outras comuns, pois se caracterizava por ser colorida e de qualidade superior, recebendo o nome de *riqmâ*. J. Politeyan, procurando descrever peculiaridades das sociedades do Antigo Oriente Médio, assevera que essa túnica de muitas cores e mangas compridas era de inestimável valor para os hebreus, pelo significado que



representava. Segundo esse autor, tal túnica era a que "usava o primogênito, carregando com ela os privilégios e as bênçãos reservados para o filho mais velho"<sup>12</sup>.

A terra entre os hebreus do período patriarcal era de um valor inestimável, a tal ponto de se evitar toda possibilidade de transferência para pessoas de outra tribo, clã e até mesmo de outra família próxima. O princípio fundamental observado estritamente na sociedade hebréia era que a terra representava uma dádiva divina, símbolo da "aliança" e que a preservação dela como patrimônio da família era uma demonstração dessa convicção. Conseqüentemente, quando não foi possível seguir naturalmente o processo de sucessão "patrilinear", os hebreus se viram obrigados a criar mecanismos de transferência dos bens patrimoniais, de maneira tal, que a preservação dos mesmos em poder da família fosse garantida.

Embora os patriarcas fossem nômades, preservavam a terra e lhe agregavam valor, cavando poços. O poço, ainda que de uso geral, devia ser reconhecido como propriedade de quem o cavara. Para registro do poço era necessário o estabelecimento de um testemunho, tal como ocorreu com Abraão que reclamou do rei Abimeleque o reconhecimento do poço por ele cavado (Gn 21:30).

A terra, além de ser lugar de habitação, era usada para cultivo de produtos. Poucos são os versos bíblicos capazes de revelar quais os produtos que os patriarcas cultivavam, porém, alguns são citados: pouco de mel, arômatas e mirra, nozes de pistácia e amêndoas (Gn 43:11). Talvez os cultivos maiores tenham sido o de trigo para a elaboração do pão, e o de uva para a produção do vinho.

Deve-se mencionar que uma prática em relação ao uso da terra era o chamado "ano Sabático", conforme descrito na lei de Moisés. Após seis anos de uso da terra, removendo e cultivando, o sétimo era considerado ano de descanso, ou seja, nenhuma atividade agrícola devia ser efetuada. O objetivo da prática é resumido em: "para que os pobres do teu povo achem o que comer, e de sobejo comam os animais do campo. Assim farás com a tua vinha e com o teu olival (Ex 23:10,11). Essa prática, no entanto, já seria seguida pelos patriarcas, pois segundo R. de Vaux, a inspiração para realizá-la procedia do uso do ciclo semanal de sete dias, sendo que o último dia era chamado Sábado"<sup>13</sup>.

Outro mecanismo de preservação da terra na linhagem familiar era o denominado "Ano do Jubileu". Assim como no caso do "Ano Sabático", a legislação sobre o "Ano do Jubileu" veio depois do período cronologicamente limitado à época patriarcal, contudo, não se pode descartar a possibilidade de esse ter sido praticado pelos hebreus na época dos patriarcas. Talvez uma definição mais apropriada para o "Ano do Jubileu" seja o de resgate da propriedade, no qual a terra era devolvida à família, quando o titular não podia mais recuperá-la em vida.

A essência desse procedimento era a restauração ou emancipação de uma propriedade que havia sido alienada, especificamente, terras e servos israelitas. Segundo o princípio baseado na "aliança", a terra pertencia a Deus e fora cedida aos patriarcas por meio da sucessão. Portanto, não podia ser transferida a outra pessoa ou família por tempo indefinido, de acordo com os textos: "... a terra não se venderá em perpetuidade, porque a terra é minha (...) portanto em toda a terra da vossa possessão dareis resgate à terra (Lv 25:23,24). Logo, a terra não poderia ser transferida em definitivo para outra pessoa. Porém, se o resgate não ocorresse por indisponibilidade de meios para esse efeito, a terra voltaria ao seu verdadeiro dono no "Ano do Jubileu", livre de qualquer obrigação: "Mas, se as suas posses não lhe permitirem reavê-la, então, a que for vendida ficará na mão do comprador até ao Ano do Jubileu; porém no Ano do Jubileu sairá do poder deste, e aquele tornará a sua possessão" (Lv 25:28).

## 5. A CIRCULAÇÃO DE BENS NA ESFERA DE SUBSISTÊNCIA

Os relatos bíblicos referentes ao período patriarcal apresentam os hebreus vivendo em condições sociais de igualdade. R. de Vaux afirma que "no início todos tinham o mesmo nível de vida"<sup>14</sup>, não havendo sensível diferença entre ricos e pobres, o que sugere uma sociedade com um mecanismo coletivo de subsistência acessível a todos por igual. Sendo assim, não havia necessidade de atividades de comércio de produtos no seio da sociedade hebréia, que pudesse destacar a posição de pessoas com poder aquisitivo maior do que a média geral da população.



Por outro lado, devemos lembrar que a unidade da organização social da época patriarcal era a família. A família com sua numerosa prole, seus servos, rebanhos e outros recursos, economicamente era uma unidade de consumo quase de completa auto-suficiência.

### 5.1 Subsistência baseada na reciprocidade

A Bíblia silencia a respeito do processo de circulação de bens de subsistência no seio das comunidades hebréias patriarcais. No entanto, uma referência que poderia fundamentar essa circulação de bens é a seguinte: “E José sustentou de pão, a seu pai, a seus irmãos e a toda a casa de seu pai, segundo o número de seus filhos” (Gn 47:12). Mediante essa referência, pode-se inferir que os parentes de José, embora considerados estrangeiros na terra do Egito, receberam essa proteção devido o tratamento comum praticado pelas comunidades patriarcais. Dessa maneira, a sociedade hebréia conformava, segundo o conceito de Polanyi, um sistema simétrico de grupos unidos pelo parentesco. Nos sistemas simétricos é que uma das formas de integração social, como a reciprocidade, se manifesta com mais evidência.

A sociedade patriarcal, formando um sistema de agrupamentos simétricos, praticava como forma de integração a reciprocidade; ou seja, um mecanismo que permitia, mediante troca de produto contra produto, a circulação de bens de consumo para beneficiar todos os integrantes do grupo. A reciprocidade, num sentido restrito e coloquial, segundo Hans van Wees, é um tipo de troca caracterizado pelo “dar e receber presentes e favores”<sup>15</sup> de maneira pessoal e voluntária.

No mesmo texto referido acima, H. van Wees, citando Raymond Firth, aponta que nas economias primitivas o princípio era “dar tanto quanto for possível, em troca de nada receber”. O cristianismo, que em muitos aspectos é uma seqüência de normas e princípios do judaísmo, recebeu do seu fundador, Cristo, um preceito que reflete a vontade divina em relação à circulação de bens na esfera de subsistência: “...mais bem-aventurado é dar que receber” (Mt 20:35).

### 5.2 Leis de proteção

Uma evidente lei de proteção aos pobres se encontra registrada no texto que reza: “Quando entre ti houver algum pobre de teus irmãos, em alguma das tuas cidades, na tua terra que o Senhor teu Deus te dá, não endurecerás o teu coração, nem fecharás as tuas mãos a teu irmão pobre” (Dt 15:7). A reciprocidade como forma de integração no povo de Israel está indicada também na parte complementar dessa lei, cujo teor é: “Livramento lhe darás, e não seja maligno o teu coração, quando lho deres; pois por isso te abençoará o Senhor teu Deus em toda a tua obra, e em tudo o que emprenderes” (Dt 15:10). Essas frases indicam qual era a motivação dos hebreus ao praticarem a reciprocidade: “dar” aos pobres para “receber” de Deus. A reciprocidade exercitada pelos hebreus era do tipo pessoal, cuja principal característica era a experiência voluntária do ato de dar.

A forma de reciprocidade inclusa no teor da lei registrada acima é chamada de “generalizada”, considerando-se a classificação proposta por Lévy-Strauss e complementada por van Hees. Em primeiro lugar, porque essa forma de reciprocidade se realiza com a intervenção de três partes: quem oferece, quem recebe e a divindade que retribui as dádivas, por parte do pobre<sup>16</sup>.

Outra lei de proteção aos pobres era aquela que regulamentava o empréstimo realizado por uma pessoa, que dispunha de sólidos recursos, em favor de um indivíduo carente. Pelo conteúdo da lei anterior, o membro da comunidade patriarcal estava na obrigação moral de socorrer seu semelhante que, por diversas circunstâncias, enfrentasse problemas de subsistência. Diante dessa situação a legislação sugere o seguinte procedimento: “Se emprestares alguma coisa ao teu próximo, não entrarás em sua casa, para lhe tirar o penhor (...) porém se for homem pobre, não usarás de noite o seu penhor; em se pondo o sol, restituí-lhe-ás sem falta o penhor, para que durma no seu manto, e te abençoe: Isto te será justiça diante do Senhor teu Deus” (Dt 24:10-13).

Vale destacar que a chamada lei do “Ano Sabático”, já discutida anteriormente, caracterizava-se como uma lei de aplicação geral e permanente, cujo propósito essencial era a proteção dos pobres.

### 5.3 A hospitalidade, instrumento de circulação de bens

A hospitalidade pode ser definida em forma simples, como uma virtude pela qual se dá hospedagem a quem precisa, com agrado e bondade. A hospitalidade, dentro da esfera



econômica de subsistência, é um meio de circulação de bens, simplesmente, por envolver a doação de bens de subsistência do hospedador para o hospedado. O princípio que estimula essa prática é o mesmo que estabelece a relação divino-humana, "dar e receber". O hospedador "dá" daquilo que "recebeu" de Deus.

A hospitalidade como instrumento de troca é uma forma de integração social baseada na reciprocidade. Os hebreus, quando recebiam um visitante estranho nas suas tendas, antes mesmo de lhe oferecer hospitalidade, o consideravam com muita reverência, pela convicção de que em muitas ocasiões o visitante era um ser celestial. Na prática da hospitalidade se destacam dois valores morais: primeiro, o prazer de servir, demonstrado na oferta de bens de subsistência ao hóspede, bem como na manifestação de alegria por encontrar e auxiliar alguém com fome ou sede; segundo, o espírito voluntário, ao emitir o convite insistente para que o estranho suprisse suas necessidades de subsistência.

#### 5.4 Relações de comprometimento social

Na sociedade patriarcal era comum uma pessoa assumir um compromisso social, a ser cumprido sob a garantia da palavra empenhada. Este procedimento só pode ser compreendido ao se considerar duas características do povo hebreu: a primeira, relacionada com a organização social, que permitia a formação de grupos simétricos unidos pelos laços de parentesco; a segunda, está relacionada com a "aliança" divino-humana. Em todos os casos, o compromisso era selado com a circulação de bens de subsistência, mediante o oferecimento de um banquete do qual participavam todos os circunstantes. Entre as relações de comprometimento, podemos mencionar: a reafirmação da amizade, o estabelecimento de acordos de paz, a confirmação de testemunho e a execução de pactos políticos e administrativos.

A reafirmação da amizade é um evento social praticado universalmente, e baseado num princípio que Hans van Wees considera como "função fundamental" da reciprocidade: "Amigos fazem presentes, presentes fazem amigos"<sup>17</sup>. A Bíblia apresenta o incidente em que Jacó para reafirmar sua amizade com Esaú, que no passado havia sofrido agravo pela conduta inadequada do primeiro, ofereceu presentes com palavras de afeto. (Gn 33:10,11).

Outra relação de comprometimento na qual se verificava circulação de bens de subsistência em forma de presentes, era o estabelecimento de acordos de paz. Para se chegar a uma situação de paz na sociedade hebréia, era necessária a eliminação dos motivos que haviam levado a uma condição de inimizade. A reconciliação implicava que o culpado reconhecesse naturalmente a própria falta, e que demonstrasse o seu arrependimento, aplacando o sentimento negativo do ofendido, mediante presentes. Jacó enviou presentes para Esaú, conforme está relacionado na Bíblia: "E, (Jacó) tendo passado ali aquela noite, separou do que tinha um presente para seu irmão Esaú: duzentas cabras e vinte bodes; duzentas ovelhas e vinte carneiros; trinta camelas de leite com suas crias, quarenta vacas e dez touros; vinte jumentas e dez jumentinhos" (Gn 32:13-15).

A circulação de bens de subsistência entre os hebreus da época patriarcal era também realizada no ato de confirmar a posse de um bem ou de um cargo, entre duas partes interessadas, mediante a indicação de um objeto como documento ou testemunho do comprometimento social assumido. A Bíblia descreve o incidente no qual o patriarca Abraão procurou a reintegração da posse do poço cavado por ele, que fora usurpado pelos homens de Abimeleque. O texto relata:

"Pôs Abraão à parte sete cordeiras do rebanho. Perguntou Abimeleque a Abraão: Que significam as sete cordeiras que puseste à parte?. Respondeu Abraão: Receberás de minhas mãos as sete cordeiras, para que me sirvam de testemunho de que eu cavei este poço. Por isso se chamou aquele lugar Berseba, porque ali juraram eles ambos" (Gn 21: 28-31).

O relato do acordo de Jacó com Labão é outro exemplo de reciprocidade registrado nos textos judaicos (Gn 31:44-46) nessa oportunidade foi realizado um banquete como símbolo do acordo

Em várias ocasiões os hebreus tiveram que realizar pactos de caráter político-administrativo com nações vizinhas. Esses pactos, embora não fossem realizados entre membros das comunidades hebréias, permitiam, no entanto, o aproveitamento e circulação dos bens de subsistência por boa parte do povo hebreu. Era evidente que ao realizar esses pactos



políticos, a transferência dos bens de subsistência se dava por reciprocidade. Nesse contexto, os escritos judaicos apresentam o pacto de não agressão realizado entre o rei Abimeleque de Gerar, com o patriarca Isaque. A Bíblia relata: "Então Isaque lhes deu um banquete, e comeram e beberam" (Gn 26:30).

Semelhante pacto de não agressão foi celebrado entre o patriarca Abraão e Abimeleque, os quais depois de reconhecerem a necessidade de manterem relacionamento político adequado e aceitarem seus termos, diz a Bíblia: "Tomou Abraão ovelhas e bois, e deus a Abimeleque e fizeram ambos um pacto" (Gn 21:27). A fase final do pacto político sempre era uma manifestação de reciprocidade, que permitia processar a circulação de bens de subsistência.

### 5.5 Instituições familiares de proteção

Entre os hebreus vigorava uma excepcional instituição familiar, a do "resgatador", cujas peculiaridades, segundo registradas na Bíblia, nos permitem inferir que era também um mecanismo de transferência de bens de subsistência. Tal instituição servia para favorecer a um grupo de pessoas que ficaram desamparadas pela perda dos seus bens, ou dos seus familiares, como as viúvas e os órfãos. Na linguagem bíblica, o "resgatador" era conhecido como *go'el*. Esse termo hebraico também é interpretado como "remidor" e "protetor".

O vocábulo hebraico *go'el* é também usado para se referir a Deus (Jr 50:33,34; Pv 23:11). Dessa maneira, esse termo serve tanto para indicar um processo social e legal, como também para assinalar o ato divino de "resgatar" ou "remir", que está intimamente ligado aos fundamentos da "aliança".

No caso específico de proteção a viúva, a instituição do *go'el* estava estreitamente ligada a outro mecanismo social de amparo, o "Levirato"<sup>18</sup>. Segundo o procedimento instituído no "Levirato", a mulher que perdia o marido não permanecia viúva nem ficava desamparada, pois devia se casar com o irmão mais novo do marido, o qual nesse caso atuava como *go'el*.

## 6. CONCLUSÃO

O presente estudo nos permite chegar às seguintes conclusões: (1) O princípio filosófico adotado pelos patriarcas, sobre cuja base foram estabelecidas as normas de conduta e de relacionamento social, foi especificado na "aliança" divino-humana. Baseados nos princípios da "aliança", todos os recursos da economia patriarcal adquiriam "valor" atribuído pelo simbolismo que representavam e pela sua história de uso, ambos ligados à "aliança". São eles: (a) os bens de subsistência, como a terra; (b) as instituições sociais, como o casamento e a primogenitura; (c) as atitudes de relacionamento, como a hospitalidade e a proteção ao desamparado; (d) indivíduos, como a noiva e o primogênito; (2) A circulação de bens ou de riqueza, entre os membros das comunidades patriarcais, era efetuada mediante uma forma de integração econômica caracterizada pela reciprocidade. Esse mecanismo determinava que a circulação de bens se realizasse por meio de presentes. A transferência de bens em forma de presentes estava fundamentada no princípio: "é melhor dar do que receber". Esses procedimentos determinavam o estabelecimento de uma sociedade onde seus membros não compravam, nem vendiam.

### NOTAS:

<sup>1</sup>. Karl Marx, na sua obra *Capital*, teoriza sobre a utilidade e o valor dos bens, as relações de produção, entre outros. Marx destaca que a economia é a base sobre a qual se elevam as estruturas sociais como o direito, a moral, a arte e a religião. Marx, Karl. *Capital*. Edited by Friedrich Engel. Great Books of the Western World, vol. 50. Encyclopedia Britannica, Inc. Chicago, 1980. p. 50.

<sup>2</sup>. Polanyi, Karl. "Marketless Trading in Hammurabi's Time" em *Trade and Market in Early Empires. Economies in History and Theory*. New York, The Free Press, 1965 (1967), pp. 12-26.

<sup>3</sup>. Polanyi, Karl. "The Economy as Instituted Process", em *Trade and Market in Early Empires. Economies in History and Theory*. New York, The Free Press, 1965 (1967), pp. 243-270.

<sup>4</sup>. Bohannon, Paul. "The Impact of Money on an African Subsistence Economy", em Dalton, G. *Tribal and Peasant Economies*, New York, The Natural History Press, 1967, pp. 123-135.

<sup>5</sup>. Smith, Adam. *Na Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Great Books



of the Western World, vol. 39. Encyclopedia Britannica, Inc. 1980.

<sup>6.</sup> Mark, K. Op.Cit. p. 13.

<sup>7.</sup> Vautsaki, Sofia. "Value and Exchange in Pre-monetary Societies: Anthropological Debates and Aegean Archaeology", em *Trade and Production in Pre-monetary Greece: Aspects of Trade*, ed. Paul Aströms Förlag, Sweden. 1995. pp. 7-10.

<sup>8.</sup> O vocábulo hebraico *mohar* é apresentado no Léxico Hebraico de Davidson, com os significados de "preço" e "dote"; porém de raiz incerta. Outro termo com as mesmas consoantes e que aparece em 15 versos da Bíblia é *mehir*, que é traduzido por "preço". Essa estreita relação ortográfica com o vocábulo *mohar* daria maior aceitação a essa última tradução. Davidson, Benjamin. Ed. *The Analytical Hebrew and Chaldee Lexicon*. Zondervan Publishing House. Grand Rapids, Mi. 1979, p. 472.

<sup>9.</sup> *ibid.* p. 116

<sup>10.</sup> Mauss, Marcel. *Ensayo Sobre los Dones. Razón y Forma del Cambio en las Sociedades Primitivas*. Ediciones Tecnos, Madrid. 1971, p. 222.

<sup>11.</sup> Smith, A. Op. Cit. p.166.

<sup>12.</sup> Politeyan, J. *Biblical Discoveries in Egypt, Palestine and Mesopotamia*. Elliot Stock, London MCMXV, p. 66.

<sup>13.</sup> Vaux, Roland de. *Ancient Israel. Social Institutions*. Mc Grow Hill Book company, vol. I. New York, 1965. P. 174.

<sup>14.</sup> *Ibid.* p. 72.

<sup>15.</sup> Van Hees, Hans. "The Law of Gratitude. Reciprocity in Anthropological Theory", em *Reciprocity in Ancient Greece*. Ed. Gill, C. Oxford Clarendon Press, 1998. p. 15.

<sup>16.</sup> *Ibid.* pp. 21,22.

<sup>17.</sup> *Ibid.* pp. 25.

<sup>18.</sup> A palavra "levirato" que aparece na Bíblia em português (Gn 38:8), procede do latim *levi*, que é uma tradução do termo hebraico *yabam*, "cunhado".